



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 33 • 16 a 22/09/07 • ISSN1809-6182

Analise

26/09/2007 – Agroenergia, biodiversidade, segurança alimentar e direitos humanos.....p.01

A demanda mundial crescente por fontes alternativas na produção de energia, com destaque para a agroenergia, tem suscitado um debate crescente acerca de seus impactos socio-ambientais, sendo o Brasil, considerado um caso emblemático.

Resenhas

21/09/2007 – A crise imobiliária estadunidense p.07

No mês de agosto de 2007, o mercado imobiliário dos Estados Unidos entrou em crise, levando a uma crise financeira cujos efeitos foram sentidos em todo o mundo. Devido ao risco de que isso afete a economia real, o Federal Reserve interferiu no mercado financeiro.

24/09/2007 – O Triângulo de Weimar..... p.10

Instância de interação trilateral entre Alemanha, França e Polônia, apresentou-se durante a década de 1990 como considerável mecanismo de integração regional, complementar à União Européia. Em meio a recentes tensões quanto à coordenação econômica e política entre os três Estados, a cooperação cultural presta o argumento que atrela a consecução da integração da Europa à conservação do Triângulo de Weimar.

Agroenergia, biodiversidade, segurança alimentar e direitos humanos

Análise
Desenvolvimento

Luciana Mendes Barbosa
19 de setembro de 2007

A demanda mundial crescente por fontes alternativas na produção de energia, com destaque para a agroenergia, tem suscitado um debate crescente acerca de seus impactos socio-ambientais, sendo o Brasil, considerado um caso emblemático.

Estudos publicados recentemente sobre o impacto causado pelos combustíveis fósseis¹ têm suscitado grande interesse mundial por fontes alternativas na produção de energia, com destaque para a agroenergia² – biodiesel, etanol e carvão vegetal. De acordo com a previsão da Agência Internacional de Energia (AIE) até o ano de 2030, os biocombustíveis representarão cerca de 7% do combustível utilizado no transporte, sendo a União Europeia, os Estados Unidos e o Brasil os principais produtores e consumidores. Esse crescimento no mercado internacional é esperado devido ao aumento do preço do petróleo e também porque os países desenvolvidos que assinaram o Protocolo de Kyoto ³ [\[Ver também: Protocolo de](#)

[Kyoto: origem\]](#) se comprometeram a reduzir suas emissões de gases poluentes.

No entanto, essa demanda crescente pela agroenergia tem suscitado críticas quanto aos impactos e transformações do avanço das monoculturas energéticas sobre a produção de alimentos em escala mundial, e os ecossistemas naturais em escala local. Cumpre destacar também, os problemas sociais relativos à plantação de cana-de-açúcar e à produção de carvão vegetal, como o trabalho forçado ⁴, que inclui trabalho escravo e infantil, ainda não completamente erradicados no mundo.

Cabe ressaltar que os exemplos utilizados no texto referem-se ao caso brasileiro, por ser considerado emblemático nesse processo, na medida em que se apóia num modelo de modernização conservadora, privilegiando apenas determinadas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Esse modelo raramente promove uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, propicia, apenas, uma

¹ A matriz energética mundial ainda é fortemente inclinada para as fontes de carbono fóssil, com participação total de 80%, sendo 36% de petróleo, 23% de carvão mineral e 21% de gás natural.

² Vide glossário

³ O Protocolo de Kyoto prevê a redução das emissões de CO₂ e outros gases causadores do aquecimento global a níveis 5,2% inferiores aos registrados em 1990, o que deveria ser alcançado no período entre 2008-2012. Sendo que os Estados Unidos e a Austrália foram os únicos países que assinaram o protocolo, sem ratificá-lo (Retirado de [Novo acordo sobre redução da emissão de CO₂ x Protocolo de Kyoto](#)).

⁴ Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho forçado não se restringe aos baixos salários, às más condições de trabalho ou às necessidades econômicas. O trabalho forçado é uma grave violação de direitos e restrição da liberdade humana, conforme definição da Convenção sobre Trabalho Forçado de 1930 e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado de 1957.

modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado.

Segundo o relatório "Panorama Agrícola 2007-2016", divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em inglês) no dia 04 de julho de 2007, a procura crescente pelos biocombustíveis está gerando alterações significativas nos mercados agrícolas, que podem conduzir a uma pressão nos preços de muitos produtos agrícolas e de bens alimentares em longo prazo.

O documento assinado pelas duas organizações aponta para a duplicação da produção de milho para produção de etanol nos Estados Unidos da América (EUA), entre 2006 e 2016, enquanto a utilização de oleaginosas na União Européia (UE) para obtenção de biocombustíveis deverá aumentar de 10 para 20 milhões de toneladas nesse período.

Conforme destaca José Graziano da Silva ⁵, a produção do etanol a partir de milho é uma ameaça à segurança alimentar⁶, no que tange a disponibilidade, já que o grão é parte essencial na dieta de milhões de pessoas. Por exemplo, alimentos à base de milho, por exemplo, representam 40% das proteínas consumidas pelos mexicanos. As importações de milho do México e da América Central passam de US\$ 1 bilhão por ano - em grande parte, atendidas pela venda subsidiada pelos EUA, prática que inibe a produção local e renova a dependência alimentar. Dependência que pode se tornar insegurança alimentar com o aumento de preço e a ameaça de que parte significativa da produção de milho não se destinará mais ao consumo humano e sim à

produção de etanol.

Uma outra informação importante, de acordo com o relatório, é que além de algumas tendências já em curso - decréscimo nos excedentes para semente e a redução progressiva dos subsídios à exportação -, o fator de mudança mais importante decorre da utilização crescente de cereais, oleaginosas e vegetais na produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel).

O efeito dessa elevada procura de produtos agrícolas para este novo setor da energia aponta para uma pressão nos preços das sementes, nos custos das rações para animais e, no final da cadeia, nos preços da alimentação. Esse cenário suscita preocupação particular não só em relação aos países que são importadores de alimentos, como também em relação à redução no abastecimento de alimentos para o mercado interno.

Ainda de acordo com o relatório preços das matérias-primas mais elevados são uma preocupação especial para os países em desenvolvimento que são importadores líquidos de alimentos, bem como para as camadas mais pobres das populações urbanas e trarão à mente o debate continuado sobre a questão de "*comida versus combustível*" ⁷.

Os países produtores de agroenergia contra argumentam afirmando que a produção de energia a partir da agricultura não abalará a segurança alimentar mundial, em virtude do desenvolvimento tecnológico e da introdução de novas sementes, mais produtivas, tornando a expansão da fronteira agroenergética desnecessária.

Quanto ao Brasil, considerado o maior produtor em potencial de agroenergia no mundo, o relatório antecipa a duplicação no volume de etanol produzido a partir da cana-de-açúcar: dos atuais 21.000 milhões de toneladas, para 44 milhões em 2016. O primeiro passo nesta direção foi dado com a criação e implantação do Próalcool⁸ na década

⁵ Professor de Economia Agrícola da Unicamp é representante regional da FAO para América Latina e Caribe. Foi ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-04).

⁶Vide glossário

⁷ Panorama Agrícola 2007-2016

⁸ O Programa Nacional do Álcool ou Pró-Alcool foi

de 1970, programa para o uso em larga escala do álcool combustível, produzido a partir da cana-de-açúcar, que atualmente é exportado para os Estados Unidos, Japão, Holanda, Coreia do Sul, entre outros. Já o Programa Nacional de Biodiesel, lançado em janeiro de 2006 e em processo de implantação, teve como meta inicial estimular a produção de combustível a partir de óleos extraídos de plantas como mamona e palma (dendê) ⁹.

A agroenergia está, também, entre as principais ameaças à biodiversidade, com destaque para o biodiesel, conhecido pelo movimento ambientalista como "diesel do desmatamento". A produção em massa do óleo de palma (como é conhecido em outros países) já causou a devastação de grandes extensões de florestas na Colômbia, Equador e Indonésia. Na Malásia, maior produtor mundial de óleo de palma, 87% das florestas foram devastadas, em virtude do avanço das plantações de palma. Segundo declaração do secretário do Meio Ambiente da Grã-Bretanha David Miliband, as plantações de palma "estão destruindo 0,7% da floresta tropical da Malásia a cada ano, reduzindo um recurso natural vital."

O eucalipto também entra neste debate, porque parte de sua produção é transformada em carvão vegetal, usada como combustível no setor siderúrgico para a produção de ferro-gusa e aço.

Segundo pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), Klemens Laschefski ¹⁰, as monoculturas de

eucalipto não podem ser consideradas socioambientalmente sustentadas, na medida em que, geralmente, utilizam tecnologia em seu manejo, dispensando trabalhadores rurais¹¹. Outra crítica feita pelo autor, é que essas plantações são feitas em áreas de pastagens, acarretando a expansão da fronteira pecuária para áreas de cerrado e florestas.

Dentre os impactos provocados pelas monoculturas de eucalipto, soja e cana-de-açúcar, destacam-se: o avanço ilegal sobre imensas áreas de cerrado e florestas, representando uma ameaça à biodiversidade; a expulsão de pequenos agricultores de suas terras e concentração fundiária, gerando conflitos rurais e acentuando a pobreza rural e urbana; e o uso de produtos agrotóxicos e agroquímicos, que levam a contaminação de rios, aquíferos e nascentes, sem falar da contaminação do solo.

A ausência, no Brasil, da participação dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) na elaboração de diretrizes para a política nacional de agroenergia, lançadas em novembro de 2005 pelos Ministérios da Agricultura (MAPA); Ciência e Tecnologia (MCT); Minas e Energia (MME) e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) é preocupante, na medida em que esses Ministérios têm mostrado maior compromisso com a sustentabilidade de políticas e programas do governo federal.

Além dos impactos observados sobre o meio ambiente e a produção de alimentos, a agroenergia tem sido criticada pelas violações aos direitos humanos, como no novo ciclo da cana-de-açúcar, que está impondo uma rotina aos cortadores de cana que, para alguns estudiosos, equipara sua vida útil de trabalho à dos escravos. Esse é o lado perverso de um setor que, além de ser tido como gerador de novos empregos, é um dos principais responsáveis pela movimentação interna da economia brasileira, deve exportar US\$ 7

um programa desenvolvido pelo governo militar brasileiro na década de 1970 com o objetivo de substituir as importações de produtos derivados de petróleo em larga escala, em virtude da crise do petróleo, provocada pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e Golfo Pérsico, à distribuição do produto para os países do ocidente.

⁹ Para maiores detalhes, vide verbete "agroenergia" no glossário.

¹⁰ Autor do artigo "O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas – uma análise geográfica".

¹¹ Para cada 50 ou 60 hectares de terra, é empregado um único trabalhador rural apenas.

bilhões neste ano.

Essa busca por maior produtividade obriga os cortadores de cana a colher até 15 toneladas da planta por dia, num esforço físico que encurta o ciclo de trabalho na atividade, abreviando, também, a vida de muitos cortadores de cana. Segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) existe entre 25 a 40 mil pessoas submetidas ao trabalho escravo no Brasil, apesar dos esforços do Ministério do Trabalho e Emprego, que disponibiliza o nome de empregadores em uma “lista suja”, e da existência do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo¹².

De acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo, um bóia-fria ganha hoje praticamente o mesmo que ganhava no final dos anos 60, antes da existência do Pró-Alcool. A diferença é que, em vez de cortar de duas a três toneladas de cana, hoje ele tem que cortar de dez a quinze toneladas - às vezes, até mais. Com isso, o esforço físico do trabalhador, que sempre foi extenuante, aumentou de tal maneira que já levou à morte por exaustão dezenas de bóias-frias no Brasil.

Em sua recente visita a aos países nórdicos [Ver também: [Visita de Lula aos países nórdicos](#)], Lula foi confrontado com as contradições na produção do álcool combustível, já que naquele mesmo período foi divulgada uma reportagem da rede estatal sueca sobre os reais custos sociais do desenvolvimento da indústria dos biocombustíveis no Brasil. Lula respondeu apenas que o Brasil vai criar uma espécie de "Certificado Social", para tentar evitar este

tipo de trabalho.

É importante frisar que o Brasil não é o único país em que se verifica o trabalho forçado no campo. Segundo estatísticas da OIT, 32% dos registros desse tipo de trabalho estão ligados à exploração econômica forçada, incluindo as atividades agrícolas, sendo que a Ásia lidera o ranking, seguida pela América Latina e Caribe.

Do ponto de vista ambiental, a produção de agroenergia é uma alternativa ao uso de combustíveis fósseis e diminui a emissão de gases de efeito estufa, assim contribuindo para amenizar os efeitos de um possível aquecimento global. É também um mecanismo adicional ao Protocolo de Kyoto que é, hoje, o único instrumento existente em plano internacional para estimular a redução das emissões. Porém, suas metas ainda são muito tímidas (redução de 5,2% em relação ao patamar de 1990, em 2012) e o mecanismo essencial adotado é débil e contraditório (penalização monetária das emissões de CO₂, permitindo-se, porém, a comercialização do "direito" de poluir).

Do ponto de vista social, os planos de ação no campo da agroenergia devem ter como maior objetivo a inclusão social, o fomento à agricultura familiar e a erradicação do trabalho forçado, alertam as organizações não-governamentais (ONGs). Para que a produção de biocombustíveis seja efetivamente sustentável é necessário defender a segurança alimentar, a proteção ambiental e a observância quanto aos direitos humanos. A produção de biodiesel e etanol, ainda segundo as ONGs, deve ser consorciada com a produção de alimentos, contudo sem a introdução de sementes transgênicas¹³, priorizando a utilização dos princípios da agroecologia ¹⁴. Já os contratos de integração

¹² Esse pacto, criado em 2005 pela OIT em parceria com cerca de 100 organizações não-governamentais e empresas, é uma tentativa de erradicação do trabalho escravo, pela qual essas entidades e corporações se comprometeram a cumprir uma série de medidas, como, por exemplo, estabelecer restrições comerciais a fornecedores que utilizam situação degradante de trabalho, estipular metas para regularizar as relações de trabalho na cadeia produtiva e apoiar iniciativas destinadas a prevenir e informar os trabalhadores vulneráveis ao aliciamento.

¹³ Embora os transgênicos ofereçam a possibilidade de uma agricultura mais produtiva, a crítica por parte das ONGs e movimentos ambientalistas decorre da existência de poucos estudos capazes de oferecer respostas científicas conclusivas quanto às (des) vantagens técnicas e econômicas destas culturas.

¹⁴ Vide glossário

com os agricultores familiares não devem transformar as áreas agrícolas em grande extensão de monocultura, como ocorreu com a cana-de-açúcar no Programa Pró-Alcool e as grandes áreas de monoculturas de eucalipto financiadas pelas indústrias siderúrgicas e de papel e celulose.

Que a agronegócios é um dos representantes de um novo paradigma energético, não há dúvidas, porém, é preciso refletir sobre o princípio social e ambiental que conduzirão as políticas a serem adotadas para o fomento à sua produção. Para tanto, não é necessário devastar florestas na produção de biomassa, sendo que há enormes áreas cultiváveis ociosas.

Ao invés de se estimular o cultivo em latifúndios (como no caso do álcool combustível brasileiro), é viável o estímulo à agricultura familiar para a produção e abastecimento de alimentos no mercado interno. (como se faz também no Brasil, com o biodiesel). Além do mais, uma estratégia internacional para a agroenergia deve ser adotada para que efeitos diametralmente opostos (erosão da biodiversidade, aumento dos preços dos alimentos e violação aos direitos humanos) não dêem a tônica neste processo.

Preocupado com os efeitos não-desejáveis da agroenergia, o Diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, em seu artigo "Biocombustíveis devem beneficiar os ricos e não os pobres", publicado no *Financial Times*, no dia 15 de agosto, convocou a realização de uma conferência mundial para debater a bioenergia, que provavelmente ocorrerá em junho de 2008 em Roma, na Itália. E, um dos temas centrais do encontro será buscar um modo para disciplinar o mercado internacional de bioenergia.

O ordenamento mundial do setor agroenergético é fundamental para que se evite ou, pelo menos, se reduza os impactos de uma nova fase de "colonização", na qual as atuais políticas são sustentadas nos mesmos elementos que marcaram a colonização brasileira: apropriação de território, de bens naturais, de vidas e

trabalho, o que representa maior concentração de terra, água, renda e poder.

Referência

Livros:

LASCHEFSKI, Klemens. O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas – uma análise geográfica. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Org.). **A Insustentável leveza da justiça ambiental: desenvolvimento e conflitos socio-ambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Documentos:

OECD – FAO Agricultural Outlook 2007-2016

<http://www.oecd.org/dataoecd/6/10/38893266.pdf>

Agronegócio e biocombustíveis: uma mistura explosiva.

<http://www.fboms.org.br/gtenergia/energia.htm>

Diretrizes da Política de Agroenergia 2006-2011.

<http://www.biodiesel.gov.br/docs/diretrizes03.pdf>

Relatório Global da OIT sobre o Trabalho Forçado

http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado/oit/relatorio/relatorio_global2005.pdf

Sites:

AmbienteBrasil:

<http://www.ambientebrasil.com.br>

Araguaia News:

<http://www.araguaianews.com.br>

Brasil de Fato:

<http://www.brasildefato.com.br>

Financial Times:

<http://www.ft.com>

Instituto de Economia Agrícola:

<http://www.iea.sp.gov.br>

International Agency of energy:

<http://www.iea.org/>

Ver Também:

18-03-2005: Protocolo de Kyoto: origem

26-08-2005: Novo acordo sobre redução da
emissão de CO₂ x Protocolo de Kyoto

14-09-2007: Visita de Lula aos países
nórdicos

A crise imobiliária estadunidense

Resenha
Economia & Comércio

Celeste Cristina Machado Badaró
21 de setembro de 2007

No mês de agosto de 2007, o mercado imobiliário dos Estados Unidos entrou em crise, levando a uma crise financeira cujos efeitos foram sentidos em todo o mundo. Devido ao risco de que isso afete a economia real, o *Federal Reserve* interferiu no mercado financeiro.

o mês de agosto de 2007, se iniciou uma crise no mercado financeiro mundial. A crise, que começou no mercado imobiliário estadunidense, se espalhou rapidamente, levando a quedas e desvalorizações em todas as bolsas do mundo.

A crise tem sua origem no excesso de liquidez da economia mundial nos últimos anos seguido de um aumento na taxa de juros. Desde o início dos anos 2000, a economia mundial tem passado por um período de crescimento sem abalos de qualquer natureza. Esse crescimento tornou o mercado financeiro muito líquido¹. Esse excesso de otimismo levou os investidores internacionais a aplicarem seu capital em títulos de menor confiança², entre eles o mercado *subprime* de hipotecas nos Estados Unidos.

O mercado *subprime*, caracterizado por maiores riscos e taxas de juros, é formado

por hipotecas concedidas a pessoas que não tem bom crédito, seja pela ausência de comprovação de renda, seja por histórico de inadimplência. No início dos anos 2000, as corretoras imobiliárias passaram a conceder cada vez mais crédito ao mercado *subprime*, uma vez que a economia estava aquecida e vivia-se um momento de otimismo e de liquidez.

Essas dívidas de alto risco passaram então a se espalhar pelo mercado financeiro, levando o risco a todo o sistema. O processo ocorre da seguinte maneira: as corretoras imobiliárias, contando com o pagamento das hipotecas, fazem empréstimos com outra instituição. Essa instituição, por sua vez, também emite títulos de dívida, o que gera uma cadeia de títulos que abrange todo o sistema financeiro. Essa corrente de dívidas não se restringiu aos Estados Unidos (EUA), uma vez que diversos bancos europeus também compram títulos gerados por empresas estadunidenses.

O *Federal Reserve* (Fed), Banco Central do EUA, passou a se preocupar que o aquecimento da economia levasse a pressões inflacionárias, e começou, em 2004, um processo de aumento da taxa de juros que durou até 2006³. No período, a

¹ Em outras palavras, havia muito dinheiro para ser investido no mercado financeiro mundial.

² Ao comprar um título, o investidor leva em conta a credibilidade do tomador de empréstimo, ou seja, se há chance de que ele não pague a dívida. Quanto menor a credibilidade do emissor do título, maiores as taxas de juros, para “compensar” os riscos de moratórias. Em geral, a classificação de riscos é feita por agências de *rating*. O exemplo mais conhecido de classificação de risco é o risco-país, que mede o risco de não-pagamento dos títulos emitidos por governos.

³ Relação entre taxa de juros e inflação: uma das causas da inflação é o aumento da demanda agregada. Quando as pessoas compram mais, nem todos os setores conseguem aumentar sua

taxa de juros passou de 1% para 5,25% ao ano.

O aumento da taxa de juros levou a uma dificuldade cada vez maior para os tomadores de empréstimos *subprime* conseguirem manter os pagamentos em dia. Tomadores de empréstimos com pouco crédito pagando taxas de juros cada vez maiores acabaram levando a um resultado inevitável: inadimplência.

A inadimplência cada vez maior fez com que as corretoras imobiliárias entrassem em apuros financeiros cada vez maiores, levando-as a não pagarem seus próprios títulos, deflagrando toda uma cadeia de não-pagamento de dívidas pelo mercado financeiro. O processo se tornou alarmante em julho de 2007, quando uma das maiores corretoras imobiliárias dos EUA decretou falência.

Isso levou a um temor entre os investidores internacionais, que passaram a tentar vender os títulos que tinham em mãos. O aumento da oferta e diminuição da demanda por papéis causou a queda em todas as bolsas do mundo. O impacto foi particularmente sentido em países emergentes, já que seus títulos têm maior risco, fator que é evitado por corretores em épocas de crise. Na Europa, o efeito da crise foi maior ainda, já que os bancos europeus eram um dos grandes compradores de títulos *subprime*.

O Fed e o Banco Central Europeu passaram então a intervir no mercado financeiro, liberando bilhões de dólares e euros para que os bancos pudessem liberar crédito ao mercado financeiro.

Além da injeção de dinheiro, passou também a haver pressões para que o Fed e o BCE diminuíssem a taxa de juros dos

títulos emitidos por eles. A queda da taxa de juros dos títulos do governo os tornaria menos atrativos em comparação a outros tipo de investimento, o que aumentaria os investimentos de maior risco e ajudaria a uma recuperação do mercado financeiro.

Em 6 de setembro de 2007, os dirigentes do BCE se reuniram e decidiram manter a taxa de juros, mas avisou que ficaria atento às flutuações do mercado para intervir se fosse necessário.

Já nos EUA, a atuação do Fed se fazia mais necessária, já que o país que originou a crise foi o mais afetado por ela. A crise financeira acabou afetando o lado real⁴ da economia, levando a uma queda no número de postos de trabalho em agosto de 2007, em comparação ao mês anterior.

Uma recessão econômica seria crítica nesse momento, já que o país terá eleições em 2008. A atual crise chegou a ser comparada pela revista *The Economist* à do início dos anos 1990, considerada como um dos motivos para que o então presidente, o republicano George Bush, não conseguisse se reeleger, e o democrata Bill Clinton assumisse a presidência.

O atual presidente, o também republicano George W. Bush, está passando por um momento de baixa popularidade. Já em seu segundo mandato, o presidente não tentará reeleição, mas pode ter problemas em eleger um candidato de seu partido, especialmente depois da vitória democrata nas eleições legislativas [ver também: Estados Unidos: eleições legislativas de 2006].

Com isso, o Fed acabou decidindo, em 18 de setembro de 2007, diminuir a taxa de juros em 0,5 pontos percentuais, passando para 4,75% ao ano. Esse foi um movimento ousado, ao contrario das atuações do Fed que costumam ser mais discretas, fazendo alterações de apenas

produção, então respondem ao aumento da demanda através do aumento de preços (através da lei da oferta e da procura). Ao aumentar a taxa de juros, o Banco Central consegue conter a demanda agregada, já que o aumento do retorno do investimento leva as pessoas a preferirem poupar a consumir.

⁴ O lado real da economia é aquele formado por máquinas, equipamentos, mercadorias, força de trabalho etc, ou seja, tudo que é tangível.

0,25 pontos percentuais a cada mudança na taxa de juros.

O efeito do anúncio do Fed foi imediato: no dia 18 de setembro de 2007 já houve altas fortes em todas as bolsas do mundo. O corte da taxa de juros não só tornou o investimento em ações e o investimento real mais atrativos como também deixou os investidores mais confiantes de que o Fed irá agir sempre que necessário para acabar com a crise.

No entanto, a crise ainda não está acabada. Ainda não se sabe ao certo quais efeitos a crise terá sobre o lado real da economia, e o grau de incerteza e aversão ao risco continua alto para os agentes econômicos.

Se a crise de fato afetar a economia estadunidense de forma mais profunda, os mundo todo sentirá os efeitos recessivos. Os EUA são um dos maiores importadores mundiais, logo, os consumidores estadunidenses correspondem a boa parte da demanda pelo que é produzido em todo o planeta. Por isso, todos os agentes econômicos estão acompanhando atentamente as atitudes do governo estadunidense em relação à crise.

Valor Econômico

<http://www.valoronline.com.br>

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

Le Monde Diplomatique Brasil

<http://diplo.uol.com.br>

Project Syndicate

<http://www.project-syndicate.org>

The Economist

<http://www.economist.com>



O Triângulo de Weimar

Resenha
Integração Regional / Segurança
Andre Klausung
24 de setembro de 2007

Instância de interação trilateral entre Alemanha, França e Polônia, apresentou-se durante a década de 1990 como considerável mecanismo de integração regional, complementar à União Européia. Em meio a recentes tensões quanto à coordenação econômica e política entre os três Estados, a cooperação cultural presta o argumento que atrela a consecução da integração da Europa à conservação do Triângulo de Weimar.

Designa-se Comitê para a Cooperação Teuto¹-francesa-polonesa (*Komitee zur Förderung der Deutsch-Französisch-Polnischen Zusammenarbeit*), ou Triângulo de Weimar (*Weimarer Dreieck*), a instância de cooperação e coordenação trilateral entre Alemanha, França e Polônia.

Instituído em 28 de agosto de 1991, em Weimar, Alemanha, pelos Ministros do Exterior Hans-Dietrich Genscher (Alemanha), Roland Dumas (França) e Krzysztof Skubiszewski (Polônia); o Triângulo de Weimar é resultado da conjuntura européia pós-fragmentação² da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A Alemanha, após sua reunificação³, situou, como objetivos primários de sua diplomacia, a consolidação da parceria teuto-francesa e o estabelecimento de interações diplomáticas com Estados da

Europa Oriental, recém apartados da influência de Moscou.

A consolidação das interações com a França designava angariar um parceiro que comungasse do ideal de integração da Europa. Ressalta-se que a importância deste aspecto da diplomacia alemã da época está em atrelar a França a um projeto de integração esboçado em precedência à fragmentação da URSS.

Berlim interpretou a década de 1990 como instável, sobretudo, para a Alemanha e para o leste europeu. A França, em contraposição, apresentava-se, segundo a concepção alemã, apartada desta instabilidade, e dispunha de meios para orientar a integração da Europa segundo suas próprias metas e objetivos. A alteração de tal contexto, de modo favorável à Alemanha, residia em atrelar a França aos termos de um projeto de integração pré-existente⁴.

E, de fato, a diplomacia alemã obteve sucesso em constituir uma interação bilateral – a parceria teuto-francesa –

¹ “Teuto” (Deutsch): prefixo em referência à origem germânica.

² Trata-se do processo de desconstituição do Estado decretado em 26 de dezembro de 1991, durante o qual doze das quinze Repúblicas Soviéticas declararam sua independência.

³ Trata-se da designada “*Deutsche Wiedervereinigung*”, de 03 de outubro de 1990, quando da incorporação da República Democrática da Alemanha pela República Federal da Alemanha.

⁴ O *Elysée-Vertrag*, consignado por Konrad Adenauer e Charles de Gaulle em 22 de janeiro de 1963. Tal projeto estabelece as bases para a reconciliação entre Alemanha e França e para a ação conjunta destes Estados em prol da integração da Europa.

como impulsionador do processo de integração continental.

Quanto ao estabelecimento de interações diplomáticas com Estados da Europa Oriental; tal objetivo designava firmar a Alemanha como parceira central de cada Estado da região a partir da década de 1990.

A diplomacia alemã, consciente da busca por parceiros a ser empreendida por estes Estados, a partir da ausência da esfera de influência soviética, interpretou tal contexto como favorável ao estabelecimento e exercício da influência de Berlim sobre esta região.

Em suma, a Alemanha dispunha de meios para firmar sua influência sobre a Europa Oriental e administrar o processo de “integração ao Ocidente” de cada um destes Estados, segundo seus próprios interesses.

Ora, para consecução desse objetivo, necessitava-se abarcar as interações diplomáticas bilaterais com cada Estado da região, de modo a acolher demandas nacionais particulares.

Neste contexto, a Polônia apresentou-se como o Estado que designou claros objetivos para sua diplomacia pós-influência soviética: o acesso à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e a admissão à integração europeia.

Os Estados Unidos da América (EUA) coordenaram a consecução do acesso polonês à OTAN; a Alemanha, em conformidade com a estratégia abarcada acima, apresentou-se disposta a coordenar a admissão de Varsóvia ao projeto de integração da Europa.

Entretanto, um considerável empecilho advertia a estratégia de Berlim: o desgaste das interações teuto-polonesas, desde a Segunda Grande Guerra. Tal desgaste deprecava, para sua superação, a reconstrução das interações entre Alemanha e Polônia com base em arranjos estáveis, adequados a ambos os Estados.

A solução: a designação de um amplo projeto de cooperação cultural e coordenação econômica e política entre Berlim e Varsóvia.

De modo a legitimar a reconciliação teuto-polonesa, Berlim demandou a supervisão de Paris (que, conforme exposto acima, encontrava-se em vias de recrudescimento de interações diplomáticas com a Alemanha); designando-se assim o Triângulo de Weimar.

1991 a 1997 – A “fase um” do Triângulo de Weimar

A consecução da reconstrução das interações entre as diplomacias alemã e polonesa, sob a supervisão francesa, data de meados da década de 1990.

Obviamente, tal processo constitui uma ampla série de metas e objetivos de consecução gradual; entretanto, já em 1997, a Alemanha apresentou ao Conselho de Ministros da União Europeia (UE), em Luxemburgo, argumentos quanto à precisão da admissão polonesa à “Europa integrada”.

O Conselho optou por julgar o Estado como portador dos pré-requisitos para a integração e iniciou o gradual processo de admissão da Polônia à UE.

Não há de se abordar, aqui, aparentes especificações do processo de admissão polonês que, não obstante, submeteu-se ao trâmite característico da organização, apenas impulsionado por Alemanha e França.

Ademais, a importância do Triângulo de Weimar não reside substancialmente na solicitação da admissão polonesa à UE; a importância desta instância de cooperação e coordenação instaura-se a partir da consecução de tal admissão.

Ênfase em apartar “solicitação” e “consecução”: ora, qualquer Estado dispõe de instâncias para a submissão, ao Conselho da UE, de sua demanda por admissão; mas o amplo respaldo alemão à demanda polonesa situou o Triângulo de



Weimar, à percepção dos demais Estados europeus, como um mecanismo de integração complementar à UE, cujo respaldo implica em integrar-se, mesmo que de modo ainda informal, à Europa.

Assim, em 1997, os Estados, sobretudo da Europa Oriental, dispõem, segundo sua própria percepção, de um mecanismo de consulta quanto à possibilidade de adesão ao projeto de integração continental.

Analistas, como Ludger Kühnhardt⁵, demarcam neste instante a “fase um” do Triângulo de Weimar, caracterizando-o como o “eixo-médio” do processo de integração da Europa.

Polônia, Europa e o Triângulo de Weimar

Após sua acessão oficial à UE, em 01 de maio de 2004, a Polônia ainda encontrou-se sob um amplo projeto de promoção de sua integração à Europa.

Alemanha e França, por meio de subprojetos de caráter econômico, concernentes apenas à jurisdição do Triângulo de Weimar, recrudesceram a economia polonesa de modo à promoção de uma integração efetiva.

Entretanto, uma série de dinâmicas quanto à cooperação cultural e à coordenação econômica e política apreendem o Triângulo de Weimar desde 1997, resultando em certa imprecisão quanto às metas e aos objetivos deste foro trilateral.

Em precedência à exposição destas dinâmicas, há de se abarcar a ocorrência de que a convergência de analistas quanto à designação de uma “fase um” à história desta interação teuto-francesa-polonesa não tem correspondência após 1997.

⁵ Diretor do Zentrum für Europäische Integrationsforschung (ZEI) em Bonn, Alemanha.

Diante das dinâmicas aludidas acima, alguns analistas designam a “fase dois” e a “fase três”, outros se restringem à designação de apenas mais uma fase. Em meio à não abordar tal polêmica, há de se considerar a última década apenas a partir da exposição e análise das principais destas dinâmicas.

Até, aproximadamente, os primeiros anos do século XXI, o Triângulo de Weimar conservou-se, conforme esposado acima, como um mecanismo de integração complementar à UE.

Este *status*, designado ao Triângulo de Weimar por, sobretudo, Estados que intencionavam sua admissão à Europa, altera-se a partir do instante em que dinâmicas internas à instância distorcem as interações entre Alemanha, França e Polônia.

Tais dinâmicas possuem, em sua unanimidade, um aspecto comum: a Polônia demanda exercer e, de fato, exerce, estratégia semelhante à estratégia alemã da década de 1990.

A Polônia julga o Triângulo de Weimar um instrumento para o estabelecimento e o exercício de sua influência sobre Estados que buscam a adesão à UE, sobretudo Estados da Europa Oriental. Ora, à medida que Varsóvia espousa tal percepção, é lógica a conseqüente tensão entre Polônia e Alemanha, pois se trata de estratégias semelhantes, – o emprego do Triângulo de Weimar como instrumento de estabelecimento e exercício de influência – no entanto, não complementares.

O resultado é a crescente tensão entre Alemanha e França, de um lado, e a Polônia, de outro. Neste sentido, os projetos de coordenação econômica e política (por exemplo, os subprojetos de caráter econômico citados anteriormente) encontram-se em gradual cessão nos primeiros anos do século XXI.

Em 2003, analistas europeus, sobretudo os atrelados à Universidade Rheinische



Friedrich Wilhelms-Universität de Bonn, resumiram a situação do Triângulo de Weimar nos termos: “O Triângulo de Weimar há de sobreviver à adesão polonesa à UE?”.

A crescente tensão, presente ao longo desta década, apresentou seu ápice em 2007, quando da presidência alemã do Conselho da UE. Em um processo de coordenação de Estados-membros por meio de um documento constitucional, a Polônia advertiu sobre o emprego de sua capacidade de veto caso demandas nacionais apresentem-se apartadas da discussão.

Após sete encontros de caráter bilateral, em que a Alemanha advertiu sobre a exclusão da Polônia de todo o processo de coordenação de um documento constitucional, acordou-se quanto às demandas polonesas.

Ainda durante a presidência alemã da UE, a Polônia reiterou as declarações de seu governo quando da conclusão de 2006. Segundo essas declarações, a Polônia repensava a viabilidade de sua inserção ao Triângulo de Weimar, dada à ausência de constituição de metas e objetivos sensíveis, associada à ausência de ganhos econômicos e políticos reais.

Assim, fato é que, posteriormente à conclusão de sua “fase um”, o Triângulo de Weimar passa por dinâmicas e processos que questionam sua “sobrevivência”.

A visibilidade da separação do Triângulo em uma interação bilateral entre Alemanha e França, em concorrência à estratégia polonesa para com, sobretudo, a Europa Oriental questiona, ainda, a permanência do *status* da instância de mecanismo complementar de integração continental.

Em contraposição a este contexto, 2007 assinala-se, até então, com um incremento considerável da cooperação cultural entre os três Estados. De fato, a abordagem desta dinâmica é de suma importância: à

medida que a coordenação econômica e política parece cessar, a cooperação cultural teuto-francesa-polonesa se acentua.

Um projeto especial, de origem social, demanda que jovens alemães, franceses e poloneses, interessados pela conjuntura contemporânea, apresentem alternativas para a re-instauração da designada “fase um” do Triângulo de Weimar.

A despeito das constantes alterações do *status* de cada Estado, quanto ao processo de integração da Europa, durante a última década, tem origem social argumentos para possibilidade e precisão de conservação deste foro de cooperação e coordenação.

Diante da crise quanto à compleição de metas e objetivos econômicos e políticos comuns, a cooperação cultural aposta no Triângulo de Weimar – como expressão da integração entre os elementos germânico, latino e eslavo – como exemplo e mecanismo para a completa integração continental.

Referências

GENSCHER, Hans-Dietrich. **Deutsche Außenpolitik** – Stuttgart: Bonn Aktuell, 1985.

Documentos:

KÜHNHARDT, Ludger; MENUDIER, Henri; e REITER, Janusz. **Das Weimarer Dreieck – “Die französisch-deutsch-polnischen Beziehungen als Motor der Europäischen Integration”**. Disponível em: <http://www.auswaertigesamt.de/diplo/de/Europa/DeutschlandInEuropa/BilateraleBeziehungen/Polen/WeimarerDreieck/ZEI-Studie.pdf>. Acesso em: 12 sep. 2007.



STANDKE, Klaus-Heinrich. "Das Weimarer Dreieck - bisherige Entwicklung und neue Perspektiven". Disponível em: <http://www.weimarer-dreieck.com/pdf/standke-das-weimarer-dreieck-2005.pdf>. Acesso em: 12 sep. 2007.

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia, Anna Menezes, André Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes, Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itáú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

